

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

ACESSO À JUSTIÇA: PERSPECTIVA DE JUSTIÇA NAS ESCOLAS

Felipe Sampaio de Araújo¹, Fátima Leonara Feitosa Leite², Tereza Helena Bezerra Grangeiro³

Palavras-chave: Acesso à justiça. Direitos. Cidadania. Educação.

1. Introdução

Este resumo é resultado de um projeto de extensão, intitulado Acesso à justiça, realizado pelos discentes do curso de Direito da Universidade Regional do Cariri-URCA, no ano de 2018. Posto que os próprios discentes ao adentrarem na academia não possuem o mínimo de conhecimento acerca de conceitos básicos do mundo jurídico e a questão do acesso à justiça, os quais muitos não tiveram contato nem com a própria constituição, imagina então os estudantes do ensino médio, que ficam aquém de seus direitos e deveres não exercendo sua cidadania de forma ampla. Percebe-se então que uns dos principais problemas que dificulta o acesso à justiça é a questão do ensino e falta de informação, pois uma pessoa que não sabem quais são os seus direitos a tendência é ignorá-los, não sabe se os mesmos foram violados e nem como buscar tutelá-los em caso de violação. Tendo vista que a grande maioria não tem acesso a esse tipo de informação, ficando aquém de todos os seus direitos e deveres, os quais muitos não são garantidos de forma ampla e do jeito que se deveria ser assegurado. Tentou-se apresentar o direito de uma forma simples e objetiva buscando facilitar a compreensão de todos. Dessa forma o projeto objetivou contribuir para a construção da ideia do direito como ferramenta social para o exercício da cidadania. Abordamos temas dos diversos ramos do direito dentre eles civil, penal, constitucional e processual, de forma simples e objetiva para que os alunos pudessem entender quais os seus direitos e se os mesmos fossem lesados saber como buscar protegê-los.

2. Objetivo

Apresentar o direito como ferramenta social, livre de seus tecnicismos, possibilitando a compreensão de todos. Suprir suas dúvidas, ofertando conhecimentos jurídicos básicos aos jovens e adolescentes, fomentando o interesse pelo entendimento do papel do cidadão no meio social.

¹Universidade Regional do Cariri, email: felipesampaio75@hotmail.com

² Universidade Regional do Cariri, email: leonaraf357@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, email: terezahelena_99@hotmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

3. Metodologia

A priori foi realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa com o objetivo de selecionar doutrinadores das áreas do Direito Constitucional, Direito Civil e Direito Penal. Dessa forma, foram utilizados textos de autores como Marcelo Novelino, Marcelo Alexandrino, Carlos Gonçalves, Pablo Stolze, e Rogério Sanchez, para que houvesse um bom embasamento teórico dos temas discutidos pelo grupo. Posteriormente, aconteceram debates orais para levar o resultado dos estudos aos alunos das escolas do ensino médio da rede pública.

4. Resultados

O projeto foi dividido em duas etapas: a primeira consistiu no estudo teórico e a segunda na apresentação nas escolas. Os trabalhos se iniciaram por meio de uma pesquisa bibliográfica e com um grupo de estudos com os integrantes do projeto. O aludido estudo deu-se por meio das principais obras afins (a exemplo do livro “Acesso à Justiça”, de Mauro Cappelletti), bem como de trabalhos científicos, doutrinas e a Constituição. Dessa maneira, os materiais utilizados serviram para o acúmulo e esclarecimento do assunto, auxiliando para melhor apreensão e direcionamento do que deveria ser passado posteriormente aos alunos. Foi realizado um evento jurídico sobre o tema e aberto para toda a comunidade tendo sido muito bem recepcionado por todos. Na parte de extensão o foco maior foram as escola de ensino médio da rede pública das cidades de Crato e Juazeiro, por turma foram atendidos em média cerca de 45 alunos, dentre as escolas que foram visitadas temos no Crato EEFM José Alves de Figueiredo, EEFM Estado da Bahia e no Juazeiro E.E.M.T.I. Presidente Geisel – Polivalente, E.E.F.M Amália Xavier. Nessas visitas constatou-se que a ideia do direito na visão dos alunos está bem limitada ao Direito Penal em relação aos crimes e quais as respectivas penas, devido em parte, ao meio social que estão inclusos e a falta de informação. A visão de justiça para muitos está resumida apenas a garantia da possibilidade de tramite de seu litigio no poder judiciário, mas na verdade deve-se ofertar à população em geral, o mínimo do conhecimento necessário para entender e se apropriar dos seus direitos fundamentais e sociais, assim havendo a efetivação do papel do cidadão, cumprindo seus deveres, usufruindo de suas garantias. Por isso a importância desse projeto que tem como o principal objetivo simplificar o direito em geral possibilitando que todos possam entender e assim serem formadores de opinião e exercer sua cidadania. Nós como estudantes e formadores de opinião podemos possibilitar aos jovens, a desmistificação do

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

Direito, mostrando-lhes portas de acesso à justiça livre de tecnicismos e burocracias, assim lidando com maior facilidade com situações de conflito, proporcionando uma maior cultura de paz social. E dessa maneira cumprindo nossa função de formar cidadãos preparados para cobrar os seus direitos perante a justiça.

5. Conclusão

A escola é uma das principais bases para o aprendizado de qualquer cidadão, contudo, a maior parcela dos institutos de ensino, seja público ou privado, mostra-se ineficientes no quesito de ofertar a seus alunos o estudo acerca dos seus direitos básicos e fundamentais. E isso pode ser constatado com este projeto de extensão, um número mínimo de alunos tinha algum conhecimento de algum de seus direitos, enquanto a grande maioria não sabia nem onde se localiza o Fórum da cidade. Nota-se então certa inversão de valores, a escola que deveria ser formador de cidadãos, não ensina nem o básico necessário para que se possa exercer a cidadania. O acesso à justiça é considerado atualmente o mais básico dos direitos humanos, tendo em vista que somente a partir dele existe a possibilidade de reivindicação dos demais direitos previstos em lei por isso se faz necessário investir na formação jurídica como transformação necessária para a revolução democrática da justiça. E é através da educação que esta revolução pode acontecer, pois a educação é um direito público, subjetivo e fundamental do cidadão e um dos pressupostos básico para a formação do Estado Democrático de Direito. Deve-se então buscar obter um direito mais acessível, sem os tecnicismos e burocracias, para assim construir um sistema pautado na efetiva participação popular.

6. Referências

ALVIM, J. E. Carreira. **Justiça: acesso e desacesso**. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 65, mai. 2003. Disponível em: . Acesso em: 25 fev. 2017.

BRAGA, A. E. L. M. **A busca do acesso à justiça pelo núcleo de prática jurídica da Universidade Regional do Cariri: uma abordagem sócio-jurídica**. Dissertação – UFC. Fortaleza, 2002.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**, trad. de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988.

LIMA JÚNIOR, José Carlos. **Acesso à Justiça**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 14, n. 2334, 21 nov. 2009. Disponível em: . Acesso em: 24 fev. 2017.

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

NALINI, José Renato. **Novas perspectivas no acesso à justiça**. Acesso em 24 de fev. De 2017.